



**FINALIDADE DA ESCOLA
ESCOLA DE QUALIDADE SEM PERDER A FINALIDADE**

**Belo Horizonte
2011**

RUTE DE JESUS MACHADO GONÇALVES

**FINALIDADE DA ESCOLA
ESCOLA DE QUALIDADE SEM PERDER A FINALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Auxiliar. Grazielle Mariano Batista Maia

Belo Horizonte

2011

RUTE DE JESUS MACHADO GONÇALVES

FINALIDADE DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Auxiliar. Grazielle Mariano Batista Maia (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho ao meu marido
Eliseu que sempre incentiva e apóia
o meu crescimento profissional e aos
meus filhos Lucas e Laura a quem
amo tanto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que é o autor da nossa existência, à minha família que sempre tem apoiado para o meu crescimento profissional e pessoal, aos nossos colegas internautas de curso, às amigas da turma 11 com quem passamos momentos de muita alegria e de trocas de experiências, e a cada um dos professores que ministraram o curso nos trazendo muitos conhecimentos e proporcionando momentos de reflexão.

RESUMO

Este trabalho apresenta em sua abordagem o questionamento sobre as principais finalidades da escola buscando retratar pontos referentes às normas e leis adicionadas à educação, e as influências significativas que essas normas têm apresentado, interferindo na qualidade das escolas. Aborda também, o importante papel da construção de um Projeto político-Pedagógico bem elaborado, com a participação coletiva das equipes educacionais e o envolvimento dos pais na busca da qualidade na educação. A formação do cidadão crítico e a valorização de suas capacidades para adquirir inserção social crítica/transformadora na sociedade.

Apresenta os resultados não satisfatórios da educação no Brasil a nível mundial, procurando apresentar a busca do caminho mais profícuo para o alcance das novas finalidades da Educação Escolar, dentro de uma perspectiva de trabalho coletivo. Dentre os questionamentos, apresenta uma reflexão do que efetivamente tem acontecido no interior do espaço escolar para que se desvele qual é e qual deve ser a finalidade da escola pública e também a natureza específica da educação. O papel de interventor da realidade, implícito na identidade do educador, e faz refletir a luz da educação, democrática, justa e de direito.

Aborda questões fundamentais para a organização do trabalho na escola tais como, quais desafios a problemática da civilização coloca para a Escola, a fim de que esta forme o novo cidadão; como a Escola vai traduzir no seu e pelo seu trabalho essa problemática. A educação emancipadora que rompe com qualquer padrão de qualidade, em decorrência do próprio desenvolvimento das relações sociais, não cabendo, portanto, “modelos” ou “esquemas”, cuja qualidade é socialmente referenciada, a prática educativa inclui a aprendizagem do estudante, mas não se restringe a ela.

Palavras-chave: Principal finalidade das escolas públicas, suas leis e diretrizes como suporte.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
	1.1 Apresentação e Contextualização do Objeto de Pesquisa.....	08
	1.2 Justificativa.....	09
	1.3 Objetivos.....	09
2	DESENVOLVIMENTO.....	10
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17
5	ANEXO	18

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Coronel Alonso
de Moraes

1 – INTRODUÇÃO

A finalidade da formação do caráter encontramos na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como podemos ver:

"I - o desenvolvimento da capacidade de aprender (...); II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem (...) e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social."

Entretanto, compreender o ambiente escolar como lugar de alcance para os saberes que conduzem a uma real cidadania é o principal desafio para os educadores da atualidade. Esta incorporação de sentido é necessária no trabalho de mediação entre o saber e o aluno. Não se trata de localizarem-se no papel de redutores da sociedade atual, mas de se integrar em direção a mudanças que possam favorecer a ação docente e conseqüentemente, gerar a transformação do local onde atuam. O grande dilema dos educadores hoje é repensar a função da escola pública localizada dentro dos moldes do sistema capitalista. Deixou de ser prioridade educar para o trabalho e para o Ensino Superior, pois é fato conhecido a questão da pouca oferta de emprego e a exigência de qualificações existentes. Então para que e para quem ensinamos? Que caminho seguir? E se não se sabe o caminho, como chegar a algum lugar? A partir destas indagações, faz-se necessário situar a atuação do quadro docente a partir das transformações ocorridas em nossa sociedade no campo social, político, científico e tecnológico e que estão inseridas no contexto escolar.

1.1 - Apresentação e Contextualização do Objeto de Pesquisa

A Escola em que me baseei para escrever este TCC é a Escola Municipal Coronel Alonso de Moraes, situada na cidade de Frutal – MG.

Esse trabalho de conclusão de curso apresenta uma abordagem geral sobre questões referentes à autenticidade da finalidade da Escola, levando em consideração as várias atribuições que uma instituição educacional recebe,

tendo que além de tudo conseguir realizar com êxito o seu papel primordial que é ensinar.

1.2 Justificativa

Como todas as outras escolas públicas ou particulares ela tem como base a LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém, devemos perguntar: qual o papel da escola na vida humana? Será transmitir conhecimento? Sim, essa é uma das finalidades da escola. Mas como deve ser transmitido esse conhecimento? A melhor resposta é aquela que aponta o caminho do dinamismo, da criatividade, da exploração das potencialidades do educando, levando em consideração a própria existência do indivíduo e da comunidade na qual ele está inserido. Devemos considerar como finalidade primordial a formação do caráter, pois a escola não pode estar desvinculada dos preceitos maiores da educação. O que é compreender os valores em que se fundamenta a sociedade? Qual o significado de formar atitudes e valores? Como interpretar o trabalho de fortalecer os laços de solidariedade humana? Certamente não estamos falando de aulas em que serão trabalhados conceitos abstratos para serem decorados e exibidos numa prova, mas sim de educação plena do indivíduo, educação profunda para o melhor exercício do viver, fazendo com que ele estude, reflita e pratique sobre valores humanos, sobre ética do comportamento, ou seja, estamos falando em formar e não apenas instruir.

1.3 Objetivos

Pontuar questionamentos referentes às finalidades, considerando-os primordiais ao sucesso educacional da Escola, tais como:

- Compreender o ambiente escolar como lugar de alcance para os saberes que conduzem a uma real cidadania;
- Situar a atuação do quadro docente a partir das transformações ocorridas em nossa sociedade no campo social, político, científico e tecnológico e que estão inseridas no contexto escolar;

- Considerar a sala de aula como espaço privilegiado do ambiente institucional da escola e do fazer docente, lugar apropriado do direito de aprender do discente, e que daí se projeta para um mundo que vai rompendo fronteiras.
- Mostrar que a gestão do projeto pedagógico, tarefa coletiva do corpo docente, voltada para o princípio constitucional da educação nacional garante o padrão de qualidade.
- Garantir uma educação de qualidade e prazerosa tornando-se um desafio constante na elaboração do PPP.
- Perceber a escola inserida na sociedade como elemento vivo; espaço essencialmente de ensino aprendizagem, que acontece a partir da relação entre sujeitos participantes do processo social, político e cultural.
- Evidenciar o papel de interventor da realidade, implícito na identidade do educador, sabedor da importância do conhecimento científico, mas também preocupado com os antagonismos que cerceiam a dignidade humana, a vida e a igualdade.
- Mostrar que através de análises de resultados, nos transportamos para o entendimento da realidade contemporânea em que se encontra a educação brasileira, na qual estamos inseridos, para que haja uma melhor interpretação, que se desvele qual é e qual deve ser a finalidade da escola pública e também a natureza específica da educação,

2 - DESENVOLVIMENTO

A qualidade do ensino supõe, então, a busca do melhor, de um padrão científico e fundamentado dos conteúdos acumulados e transmitidos. Mas ela é também uma forma de responsividade face aos desafios da sociedade contemporânea. Essa exige um conjunto de conhecimentos e habilidades capazes de possibilitar a todos o acesso a formas de ser e de se comunicar como um participante do mundo. Desse modo, a qualidade do ensino, mesmo

atendida a universalização da população em idade escolar, será sempre uma meta, seja pelo caráter cumulativo do conhecimento, seja pelas circunstâncias históricas que a condicionam e para as quais ele deve buscar caminhos cada vez mais abertos. Contudo, em qualquer circunstância, a qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidos o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância. Os profissionais da educação, dada a disponibilidade de informações cada vez mais rápidas e disponíveis que, de certo modo, deixam de ser propriedade exclusiva de especialistas, deverão, não só estar a par dos instrumentos e conteúdos que as disponibilizam, como exercer sua autoridade em bases críticas e reflexivas. Um corpo de conhecimentos fundamentais sistematizados, como fruto da produção social do homem, vem penetrando cada vez mais em todos os territórios da vida humana e sob as mais variadas formas. A qualidade do ensino implica, então, o enfrentamento de um processo de mudança que vai do processo de produção às mais elaboradas formas de estética. Afinal, o conhecimento se torna componente mais e mais presente no mundo do trabalho, da comunicação, do lazer e de múltiplas outras realidades de uma sociedade que se mundializa. Esse conjunto de princípios e de regras se condensa no projeto pedagógico tal como assinalado nos artigos 12, 13, 14 e 15 da LDB.

Alguns pontos consideramos relevantes no sentido de o projeto pedagógico ganhar em riqueza e diversidade pela consideração e pelo envolvimento da subjetividade dos profissionais no processo consciente de propiciar o melhor para todos. O solo do ato pedagógico, enquanto espaço da relação ensino/aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade escolar. A sala de aula, espaço privilegiado do ambiente institucional da escola e do fazer docente, é o lugar apropriado do direito de aprender do discente, daí se projeta para um mundo que vai rompendo fronteiras e revelando, ainda que por contradições, o caráter universal do homem. A sala de aula, lugar privilegiado do ensino presencial, mais do que quatro paredes, vai se tornando também espaço do ensino virtual pelo qual o mundo vem se transformando em uma grande sala de aula. É claro que o ensino presencial não só continuará a ser reconhecido como lugar institucional da escola como as funções maiores da

instituição escolar serão reforçadas com a grandeza das novas fontes de informação.

A gestão do projeto pedagógico, tarefa coletiva do corpo docente é liderada pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de um outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade.

Porém, o trabalho dos educadores nunca foi tão difícil. São inúmeras as dificuldades, principalmente no que diz respeito às condições de trabalho, entre elas, a própria desvalorização profissional concomitante a inúmeras mudanças radicais da sociedade; contudo, nunca foi tão necessário para poder reverter o quadro de desesperança, desânimo e falta de perspectiva em que se encontram os jovens em sala de aula e principalmente, fora dela. Sem poder projetar o futuro frente a um sistema que lhes oferece poucas oportunidades, não reconhecem a escola como um espaço que seja do seu interesse. Garantir uma educação de qualidade e prazerosa torna-se um desafio constante na elaboração do PPP. Para que a ação educativa seja significativa, é necessário que haja um objetivo explícito por parte daquele que idealizou e realizou o processo. Muitas vezes, na sistematização da prática pedagógica, se ensina o conteúdo pelo conteúdo, sem que o aluno perceba a utilização social do mesmo. Para Vasquez (2007, p.242): “O conhecimento verdadeiro é útil, na medida em que, com base nele, o homem pode transformar a realidade.” Esta falta de significado tem tornado a escola um local burocrático, onde falta consciência ativa. Não se percebe que a educação tem sempre um propósito. Para realizar-se atende a um objetivo determinado, característica indissolúvel da práxis humana. Até mesmo a prática que tenha pouco ou nenhum aspecto reflexivo, tem o potencial de transformar ou perpetuar a própria condição ou a condição do outro. Toda ação docente perpassa o caminho da construção do homem social e nesta condição, a tarefa do educador assume fundamental importância. Negar a responsabilidade do papel transformador desta práxis é negar o conceito da humanidade.

Segundo Pinto (1982):

“Em sentido mais restrito, histórico, social, a alienação se refere ao estado do indivíduo, ou da comunidade, que não retira de si mesma, de seus

fundamentos objetivos, os motivos, os determinantes (as matrizes) com que constitui sua consciência, e sim os recebe passivamente de fora, de outros indivíduos ou comunidades (para os quais são válidos) e se comporta de acordo com esses motivos e determinantes como se fossem seus. Neste sentido é que o indivíduo perde suas características de autonomia, de capacidade criadora de si, material e culturalmente. A essência que exibem não é sua, é emprestada, quase sempre imposta a eles por outro indivíduo ou sociedade mais forte que os submete. Assim a essência de tal seres está deslocada, eles são estranhos (alheios) a ela, ao que deveriam ser, perdem por isso a condição, a dignidade antropológica, existencial, de sujeitos de si, tornando-se objetos de outros” (PINTO,1982 p.52)

Esta falta de reflexão nas ações educacionais certamente atende aos interesses da política de hegemonia que não tem interesse em que a escola favoreça o saber socializado às classes populares. Não se trata de desresponsabilizar aqueles que estão a frente de uma sala de aula e cuja profissão exige ética, coerência e responsabilidade diante do aspecto social da formação humana. Convém sim que, a partir da consciência das influências externas, haja uma prática educacional que desafie a realidade excludente que bate cada vez mais forte as portas da atualidade e alerta até mesmo àqueles que se encontram no lado oposto, que as diferenças sociais cobram um preço muito alto para existir.

Segundo Almeida (2004, p.107), “o papel político da escola está em garantir a todos o acesso ao conhecimento como modo de superar a dominação decorrente da distribuição desigual do saber e do acesso à cultura”.

Oferecer um ensino de qualidade é, por conseguinte, uma forma de superação das desigualdades.

É necessário compreender que são várias as necessidades que emergem da ânsia de reconstruir a escola pública de forma a realizá-la como

efetivamente democrática, de qualidade e transformadora. Todas elas se centralizam, porém, na necessidade de perceber a escola inserida nesta sociedade como elemento vivo; espaço essencialmente de ensino aprendizagem, que acontece a partir da relação entre sujeitos participantes do processo social, portanto, político e cultural. É neste momento de ciência do aspecto social que permeia o ato educacional que poderá haver a condução do exercício da libertação da prática burocrática e vazia de sentido. De acordo com Freire (1996), esta condição, entre outras, é indispensável àquele que ensina: “O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferindo na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências.” (FREIRE, 1996, p.85).

O papel de interventor da realidade, implícito na identidade do educador, deve ser daquele que é ciente dos determinantes das relações estabelecidas na sociedade contemporânea e de seus influxos, sabedor da importância do conhecimento científico, mas também preocupado com os antagonismos que cerceiam a dignidade humana, a vida e a igualdade. Neste papel reflete e faz refletir a luz da educação, democrática, justa e de direito.

As dimensões da qualidade da educação, segundo a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), envolve alunos, ambiente, conteúdo, processo e resultado. Não há, portanto, um único fator que seja responsável pelo estado da educação atual. Também que não se pode dissociar o espaço escolar das questões sociais, políticas e econômicas que exercem poderosa influência no modo de produção e aquisição de conhecimento.

A questão da qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras tem sido motivo de preocupação de toda a sociedade e também de instituições governamentais. Pesquisas evidenciam através de dados, que as avaliações realizadas são de suma importância, pois sinalizam a ineficácia e inadequações do sistema educacional e servem de parâmetro para que haja possíveis intervenções a partir das dificuldades diagnosticadas.

Divulgação dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) colocando o Brasil em 53º lugar entre 65 países nas provas de leitura e ciências teve grande repercussão na mídia e estimulou o debate sobre a má qualidade do ensino. A pesquisa, realizada pela Organização para

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), trouxe, apesar do baixo desempenho dos alunos brasileiros, um dado positivo: a nota deles subiu 33 pontos entre 2000 e 2009. Mesmo assim, a pesquisa traz informações preocupantes: quase a metade (49,6%) dos alunos não atingiu o chamado nível 2 de proficiência em leitura. Na metodologia do Pisa, isso significa que, para esses estudantes, "faltam as capacidades necessárias para participar efetiva e produtivamente da sociedade".

Há uma necessidade emergente de analisar os moldes da educação contemporânea para a condução de uma prática educacional centrada em uma visão crítica desta sociedade, e que o fazer pedagógico possa permitir a quebra das desigualdades sociais, da opressão e dos preconceitos através da transmissão-assimilação dos saberes sistematizados e de uma nova leitura da realidade. Urge a necessidade da pesquisa, estudo, questionamento e reflexão para que haja uma melhor interpretação do que efetivamente tem acontecido no interior do espaço escolar, para que se desvele qual é e qual deve ser a finalidade da escola pública e também a natureza específica da educação, pois pesquisas recentes publicadas nos meios de comunicação, demonstram que os resultados extrapolam o fator numérico; transportam para o entendimento da realidade contemporânea em que se encontra a educação brasileira, na qual estamos inseridos.

De acordo com Veiga, é possível apontar três movimentos básicos do processo de construção do PPP, denominados de: *Ato Situacional*, *Ato Conceitual* e *Ato Operacional*. O objetivo do *Ato Situacional* é apreender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos e contradições, fazer seu diagnóstico e definir onde é prioritário agir. No *Ato Conceitual*, a escola discute a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando a um esforço analítico da realidade constatada no *Ato Situacional*, e vai definindo como as prioridades devem ser trabalhadas. O como realizar as tarefas configura o *Ato Operacional* refere-se às atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas. Implica a tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente. Os movimentos de acompanhamento e avaliação devem seguir todos os atos, de forma a possibilitar a implementação de decisões coletivas, bem como introduzir novas questões e propostas de ações.

A avaliação é também responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção do PPP.

Por isso, o Projeto não está pronto, mas em construção. Nele, a equipe vai depurando, explicitando, detalhando a inserção dessa Escola na transformação social.

O projeto político-pedagógico ganhará consistência e solidez à medida que fomos captando sistematicamente a realidade na qual a Escola está inserida. Daí há a realização contínua de diagnósticos dessa realidade um instrumental importantíssimo nessa construção. Diagnóstico aberto, que não se cristaliza e que não se encerra na constatação da realidade, mas que a lê e a interpreta - o que supõe conhecimento/posicionamento teórico/prático da equipe.

Esse trabalho com o diagnóstico - os dados - serão definidor/redefinidor do conteúdo/forma do projeto político-pedagógico da Escola.

João Ferreira de Oliveira, ao abordar a sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; aponta alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. Isto não é pouco ante as práticas autoritárias em vigor na sociedade e em muitas escolas e pode ser muito mais duradouro e educativo do que supõem os defensores da implantação do chamado *planejamento estratégico modelar* e da *qualidade total* nas escolas brasileiras. Baseando-nos nestes pensamentos, priorizamos estes conceitos na elaboração do PPP e nos projetos nele inseridos.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Pública se qualifica cada vez mais na construção coletiva de seu projeto político-pedagógico, cuja finalidade é formar no aluno o "novo

cidadão" e os sistemas de ensino existem como instrumentos que garantem a continuidade da ação educativa sistematizada e de que, por isso, todas as suas ações têm como meta possibilitar que as escolas cumpram suas finalidades.

Assim, educar na Escola significa ao mesmo tempo preparar as crianças e os jovens para se elevarem ao nível da civilização atual - da sua riqueza e dos seus problemas - para aí atuarem. Isto requer uma preparação científica, técnica e social. Por isso, a finalidade da Escola é possibilitar que os alunos adquiram os conhecimentos da ciência e da tecnologia, desenvolvam as habilidades para operá-los, revê-los, transformá-los e redirecioná-los em sociedade e as atitudes sociais - cooperação, solidariedade, ética -, tendo sempre como horizonte colocar os avanços da civilização a serviço da humanização da sociedade.

Entretanto, como aborda Cury, a gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição_ (art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOURADO, Luiz Fernandes. OLIVEIRA, João ferreira. SANTOS, Catarina Almeida. A Qualidade da Educação, conceitos e definições. MEC/INEP.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições sobre Educação de Adultos. Cortez, 7ª ed. São Paulo, 1981.

Cury, Carlos Roberto Jamil. Texto: O DIREITO À EDUCAÇÃO: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.

Navarro, Inez Pinto. Texto: O sentido de qualidade na educação.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica. Cortez, 3ª ed. São Paulo, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Paz e Terra S A, 5ª ed. São Paulo, 1996.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Filosofia da Práxis. 1ª ed. Buenos Aires: Consijo Latino-americano de ciências sociais – CLASCO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa – ação. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico.

Oliveira, João Ferreira de. Texto: A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola. Portal UFMG.

PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: Introdução Crítica. Cortez, 8ª ed. São Paulo, 1999.

Site pesquisado:

Google - Qualidade do ensino deixa o Brasil entre os piores do mundo -

PBAgora - A Paraíba o tempo todo - 28 dez. 2010

5 - ANEXO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL CORONEL ALONSO DE MORAIS



escola de gestores
da educação básica

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
CORONEL ALONSO DE MORAIS

Educação Infantil e Ensino Fundamental

EDIMAR REIS OLIVEIRA BARCELOS
NEILA MARIA DE SOUZA LIMA
RUTE DE JESUS MACHADO GONÇALVES
VALQUÍRIA PONTES MAIA SILVA
VILMA DUTRA FARIA RODRIGUES

Frutal, 2010



escola de **gestores**
da educação básica

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
CORONEL ALONSO DE MORAIS

*Trabalho acadêmico apresentado à Sala Vivencial do
Curso de Formação de Gestores da UFMG -
Universidade Federal de Minas Gerais. Orientação da
Professora Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira e da
Professora, Grazielle Mariano Batista Maia.*

Frutal, 2010

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	4
2 – FINALIDADE DA ESCOLA.....	6
3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
4 – CURRÍCULO.....	15
5 – TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES.....	17
6 – PROCESSOS DE DECISÃO.....	20
7 – RELAÇÕES DE TRABALHO.....	22
8 – AVALIAÇÃO.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1 - Introdução

Nome: Escola Municipal Coronel Alonso de Moraes

Endereço: Rua Viriato Correa, 241

Cidade: Frutal - MG

Localização: Urbana Bairro: Centro

Email: escolacoronelalonsodemorais@hotmail.com

Telefax: (0xx34) 3423-2698

Municipalização: Resolução 8686/98 de 10/02/98

CGC: 19.940.469/0001-39

Modalidade de Ensino: Ensino Fundamental, Educação Infantil (3º Período)

Criação: Decreto 8.737 de 27/09/65

Nome da Diretora: Vilma Dutra Faria Rodrigues

Número de Alunos: 680

Número de Professores Regentes de turma: 20

Número de Professores de Apoio: 07

Número de Especialistas: 02

Número de Profissionais Técnicos: 03

Número de Profissionais Auxiliares: 07

O Projeto Político Pedagógico, aqui sistematizado, traduz o trabalho coletivo de todas as pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem. Ele expressa a preocupação e o compromisso dos educadores com a melhoria do ensino no sentido de responder às necessidades sociais e históricas, que caracteriza a sociedade brasileira hoje.

Resgatar a relação da escola com a comunidade, por meio da discussão e reflexão entre as partes, possibilitará que os envolvidos expressem suas necessidades e anseios, redefinindo o compromisso da comunidade escolar.

A escola pública tem a tarefa de atender a todos com qualidade, garantindo a posse sistemática do saber científico historicamente acumulado, sem esquecer as experiências de vida e a realidade social de seus educandos (LDB 9.394/96).

A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico está dentro do contexto social da escola, o que significa que todos estão dispostos a dialogar com diferentes posturas, pontos de vistas e interesses.

Nesse contexto, cabe ao diretor coordenar esse trabalho coletivo de construção e vivência desse instrumento que deve retratar a confiança, o respeito mútuo, a cooperação e a solidariedade de todos.

Deverá ser uma ferramenta eficaz e efetiva para a construção de uma escola em que os educadores estejam abertos permanentemente para as transformações; para o aperfeiçoamento; para a reflexão sobre sua prática; para a revitalização de valores, crenças, visões, homem e de mundo, enfim para a firme decisão de concretizar as idéias, princípios, objetivos, metas e ações neles explicitados, tornando a escola o lugar em que as crianças aprendem aquilo que é indispensável para a vida em sociedade.

Considerando essas necessidades reunimos todos os atores envolvidos no processo para traçar os objetivos e a partir da contribuição de todos os segmentos montar um documento que será nosso ponto de referência para este ano escolar.

Buscamos através de questionamentos dirigidos aos profissionais e familiares dos alunos, suas expectativas, estabelecemos as prioridades de acordo com as necessidades e os fatores de realidade da Escola.

Essas expectativas dos profissionais e familiares serviram como referencial de orientação para traçar metas e opções que delinearão nosso trabalho educativo como importante marco teórico para num esforço coletivo buscar um ensino de qualidade compatível com as reais aspirações, necessidades e possibilidades de nossos alunos, neste ano que se inicia e nos próximos anos que virão.

Para alcançarmos as metas estabelecidas utilizaremos de todos os recursos e materiais didáticos existentes na escola para o desenvolvimento das ações programadas, tendo como responsáveis pela condução do processo os professores, especialistas, sob a coordenação da direção.

Procuraremos envolver neste trabalho, sempre que possível, os pais e a comunidade, com as seguintes finalidades: melhorar o desempenho dos alunos; levantar dados e informações necessárias ao replanejamento das ações; identificar no conjunto de conteúdos, pontos curriculares críticos que

necessitam de atenção imediata para promover a melhoria da aprendizagem; unir esforços para tornar realidade as atividades planejadas; garantir em todos os momentos a participação de todos os responsáveis direta e indiretamente pelo desenvolvimento das ações de natureza pedagógica da escola, inclusive os alunos e seus pais.

As necessidades da maioria dos profissionais ao elaborar essa proposta de trabalho estão voltadas para a aquisição do conhecimento técnico, no aprimoramento profissional, na qualidade de trabalho, nas relações interpessoais e no desempenho da Escola como um todo.

Nosso maior compromisso no cumprimento deste plano é com a mudança da Escola Pública, sabemos que para sua realização é necessário, planejar, executar, avaliar e agir compartilhadamente, procurando a cada dia vencer os objetivos e as metas planejadas, considerando de suma importância para a realização de nossas ações educativas durante os próximos anos.

Que este plano represente o mapa, roteiro a ser percorrido, as condições e recursos com que contaremos, os benefícios e desafios que teremos que enfrentar, capacitando-nos desta maneira para o início de uma nova história em que partindo da situação atual iremos projetar os nossos esforços para a situação ideal, numa aventura de construir uma aprendizagem significativa para os nossos alunos.

2 – FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Coronel Alonso de Moraes tem por finalidade atender o disposto na Constituição Federal e Estadual na LDB e no Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrar Educação Infantil (3º período) e Ensino Fundamental (anos iniciais) observadas em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicadas.

Esta Escola visa dentro de sua proposta pedagógica contribuir com as políticas e programas de educação, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente natural e social, do

sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

2.1 - Finalidades Filosóficas.

2.1.1 - Do Embasamento Teórico-filosófico:

Fundamentamos nossa proposta na teoria do pensador russo Vygotsky, contemporâneo de Piaget. Vygotsky considera que o aprendizado é essencial para o desenvolvimento do ser humano e se dá, sobretudo pela interação social, sendo fruto de uma grande influência das experiências do indivíduo.

A contribuição mais importante de Vygotsky para a educação é sua proposta de relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Para ele o desenvolvimento está atrelado à aprendizagem, que é essencial para promover o desenvolvimento: é como se ela “puxasse” o desenvolvimento para frente.

Nisto está referida a importância que Vygotsky dá para cultura, para a experiência de vida do sujeito. Quer dizer, uma pessoa passa a vida aprendendo coisas, e é este caminho da aprendizagem que vai definir por onde passará o seu desenvolvimento. Isto dá à educação uma perspectiva muito valiosa, que é olhar para frente: uma visão prospectiva e não retrospectiva. É onde tem mais valor o conceito vigostskyano de zona proximal (muito divulgado, às vezes mal interpretado); é um valor heurístico: serve para iluminar o modo de ver a questão, e não tanto para instrumentalizar um olhar sobre as crianças.

Dentre todas as abordagens de ensino, escolhemos o sócio-construtivismo e o trabalho com projetos, pois acreditamos que assim estaremos possibilitando um aprendizado diferenciado e significativo.

Queremos enfatizar a construção do conhecimento numa visão social, histórica e cultural, onde o papel do professor é o de mediador, facilitador, que interage com os alunos através da linguagem num processo dialógico.

Acreditamos que a Zona de Desenvolvimento proximal auxilia a criança a avançar de um nível para outro por meio da mediação do professor. É no

brinquedo, no lúdico é no mundo ilusório que as crianças aprendem a agir numa esfera cognitiva. O jogo e a brincadeira são situações de aprendizagem.

A teoria deverá ser aplicada de forma a promover aulas dinâmico-interdisciplinares, resgatando o ato de pensar, refletir e questionar para uma educação integral e bem sucedida rumo à construção da cidadania.

2.1.2 – Finalidades Políticas

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Art. 205 Constituição Federal, 1988)

Ao analisar as definições de Jamil Cury no texto "O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola" constatou-se que a educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também dever do Estado na educação infantil.

Mas como se trata de um direito reconhecido, é preciso que ele seja garantido e, para isto, a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições.

É dever da escola inspirada na Constituição Federal, e princípios básicos que norteiam a boa convivência humana, oferecer ao educando seu pleno desenvolvimento, preparando-o para o efetivo exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

2.1.3 – Finalidades Sócio-antropológica

Nesta perspectiva, é essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com os valores democráticos, não só do ponto de vista da seleção e tratamento dos conteúdos, como também da própria organização escolar.

Organizar a equipe de trabalho para soluções de possíveis problemas identificados, determinantes da qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos.

Ser cidadão é, entre outras coisas, agir com respeito solidariedade, responsabilidade justiça e não-violência. Esses valores e atitudes precisam ser apreendidos e desenvolvidos pelo ser humano. A melhor forma de ensiná-los e aprendê-los e vivenciando-os. O convívio escolar é ambiente propício para que os alunos possam desenvolver atitudes conscientes e coerentes com os valores que desejamos para o convívio social.

A Escola tem como finalidade reforçar a interação entre os indivíduos e seu grupo social, com a comunidade, respeitando valores, culturas e individualidades ao pensar e propor as práticas educativas, buscando alternativas frente a situações adversas.

Nesse contexto o acolhimento aos alunos com diferentes potencialidades e dificuldades, o papel reservado a eles na instituição, assim como, o cuidado e atenção com suas problemáticas de vida, podem concretizar o respeito mútuo, o diálogo, a justiça e a solidariedade.

“A construção do ser social, feita em boa parte pela Educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios – sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento - que balizam a conduta do indivíduo no grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.”

Emile Durkheim

Revista Nova Escola, 166. Out. 03.

2.1.4 – Finalidades Pedagógicas

A metodologia a ser desenvolvida nesse projeto baseia-se nos quatro pilares da educação: pensar, sentir, tocar e fazer de modo crítico, criativo, significativo, solidário e prazeroso.

Pressupõe:

- um espaço de aprendizagem que vê o educador e o educando como parceiros na construção do saber;
- ampliar as oportunidades de alfabetização dos alunos através de práticas de leitura diversificada e material inovador;
- desenvolver as potencialidades dos alunos no campo das emoções, das habilidades artísticas, desenvolvendo a criatividade e suas formas de expressão;
- resgatar a alegria de aprender por meio de atividades significativas para os educandos, criando brincadeiras, jogos, contribuindo para o desenvolvimento da expressão lingüística, artística, corporal e musical;
- utilizar de dinâmicas de grupo, oficinas, técnicas de painel, mesa redonda – diálogo e troca de idéias;
- usar a tecnologia como ferramenta de aprendizagem;

As finalidades que julgamos reforçadas são as político-pedagógicas. Essas que estão detalhadas na organização do currículo tem como base o núcleo comum, já estabelecido em lei e a parte diversificada organizada de acordo com a realidade da escola, detalhada no planejamento de todas as disciplinas.

As relegadas, filosófica e sócio-antropológica, uma vez que os educadores em seu dia-a-dia acabam se preocupando em serem conteúdistas esquecendo o embasamento teórico-filosófico e os valores que balizam a formação do ser humano.

3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1- Administrativa:

3.1.1- Recursos humanos;

Número de Professores de Apoio: 07

Número de Especialistas: 02

Número de Gestor: 01

Número de Profissionais Técnicos: 03

Número de Profissionais Auxiliares: 07

3.1.2- Recursos físicos;

Escola Municipal Coronel Alonso de Moraes localizada à Rua Viriato Correa, 241, no Centro, iniciou suas atividades educacionais em 1966, em um prédio alugado. O novo prédio foi construído e inaugurado em 1978 com 06 salas de aula. Hoje conta com 10 salas de aula.

A biblioteca foi ampliada, construiu-se 01 laboratório de informática, uma sala adaptada para telecentro, e outras dependências, todas em bom estado de conservação. As demais instalações são adequadas, confortáveis e higiênicas, possui rede de esgoto e água potável.

Área do terreno: 4.000 m²

Área construída: 1.821 m²

Área disponível: 2.059 m²

Número de salas de aulas: 10 com 48m² cada

Laboratório de Informática: 01 - 60m²

Biblioteca: 01 - 80m²

Outras dependências: 15

Quadra esportiva coberta: 01 – 600m²

Refeitório: 01- 60m²

Pátio cimentado: 02

3.1.3- Recursos Financeiros:

FNDE/PDDE- recebido anualmente.

Eventos e promoções de acordo com as necessidades.

Merenda escolar adquirida pela Prefeitura Municipal, com cardápio regionalizado de boa qualidade, elaborado pela nutricionista e aprovado pelos alunos.

3.1.4 - Arquitetura do Prédio:

O prédio foi construído pela CARPE e ampliado pela Comunidade escolar tendo uma área de 4.000m² com 1.821m² de área construída.

3.1.5 – Equipamentos:

Para utilização dos alunos: 46 computadores,

Para utilização da Secretaria: 02 computadores

Para utilização dos professores: 01 computador

Para utilização dos professores da biblioteca: 01 computador

Para utilização dos especialistas: 01 Notebook

Data show: 02

Aparelhos de televisão: 02

Aparelhos de DVD: 02

Aparelhos de vídeo cassete: 02

Aparelho antena parabólica: 01

Aparelhos de CD: 11

Caixa de som amplificada com microfone: 01

Impressoras: 06

Aparelho de ar condicionado: 01

Aparelho de fax: 01

Fogão: 03

Fornos: 01

Liquidificador: 02

Espremedor de frutas: 01

Geladeira: 02

Freezer: 02

3.1.6 - Mobiliário:

Salas de aula com: 36 carteiras, 02 ventiladores, 01 bebedouro, 04 armários, 01 mesa do professor, com cadeira

01-Sala de reforço: 15 carteiras, 01 mesa com cadeira para professor

01 Armário de madeira, 01 mimeógrafo

01-Biblioteca: 15 mesas com 67 cadeiras

01-Laboratório de Informática; 03 bancas com 36 cadeiras

01-Telecentro: 10 mesas com 10 cadeiras

01-Secretaria: 03 mesas para computador, 02 escrivaninhas, 03 cadeiras, 03 arquivos, 03 armários de aço, 01 bebedouro elétrico.

01-Diretoria: 01 escrivaninha, 01 cadeira, 01 sofá de 02 lugares, 01 mesa para notebook, 01 armário de aço, 01 arquivo.

01-Sala de professores: 01 mesa com 10 cadeiras, 01 mesa para computador, 01 armário de madeira.

01-Sala de especialista: 01 escrivaninha, 01 cadeira, 01 arquivo, 01 armário de aço.

01-Sala de professor eventual: 01 armário de madeira, 01 mesa com cadeira, 02 mimeógrafos.

3.2- Pedagógica:

Considerando a escola como um espaço cultural criado para transmitir às novas gerações instrumentos de aprendizagens essenciais, temos grande preocupação com a formação ética de nossos alunos e formação de atividades fundadas nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Nesta perspectiva desenvolvemos nosso trabalho voltado para uma educação cidadã que compreende a realização plena do ser humano, respaldado na construção e reconstrução de conceitos e fortalecimento de valores indispensáveis para um convívio saudável e de prosperidade. Para realização e concretização do processo ensino aprendizagem é fundamental a co-participação da família em uma realização de parceria com a escola, para que juntos possa efetivar a boa qualidade da educação.

O Ensino Fundamental é organizado em dois ciclos com duração de cinco anos; sendo: Ciclo da Alfabetização com duração de três anos e caracteriza-se pelo desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e capacidades fundamentais ao processo de alfabetização e letramento dos alunos, e Ciclo Complementar que tem como objetivo consolidar, ampliar e aprofundar os conhecimentos e capacidades consideradas essenciais ao processo de alfabetização e letramento dos alunos.

Os alunos estão agrupados com base na idade, nível de conhecimento e as habilidades básicas. Avaliados continuamente em todos os conteúdos,

tendo como objetivo a formação básica, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, conhecimento, habilidades, atitudes e valores.

As turmas são nomeadas de 01 a 18 para o Ensino fundamental e 01 a 02 para a Educação Infantil. Cada turma conta com 32 a 35 alunos 01 educador e 01 professor de Educação Física e no 4º e 5º ano 01 professor de Língua Estrangeira Moderna.

Os alunos provenientes de outros sistemas de ensino são enturmados de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, mediante avaliação, para posicionamento no Ciclo, no sentido de reforçar a autoestima, o gosto pelos estudos e pela escola, de acordo com a legislação vigente.

A ação didático-pedagógica é organizada através da pedagogia de projetos sendo estes sugeridos através de parcerias feitas por diversas instituições e com a Secretaria Municipal de Educação.

A metodologia de trabalho da Educação Infantil e Anos Iniciais estão centrados nos Projetos, pois acreditamos que com esta metodologia o currículo visa uma interação maior entre o conhecimento, o educando e o professor. Incentivando assim aos alunos a serem sujeitos do seu próprio conhecimento em busca do seu aprendizado de uma forma prazerosa.

O papel do professor é o de ser o mediador neste processo, e não um mero transmissor de conteúdos. Deixa de ser o único dono do saber. É um sujeito que planeja que constrói em conjunto com o grupo e principalmente é o que “cuida” para a “peteca não cair” delineando o projeto com rumos significativos no aprendizado dos envolvidos. O projeto a ser desenvolvido precisa constantemente da orientação do professor desde o início até o fechamento do mesmo.

A escolha de um tema para o projeto, conforme Nogueira (2005) deverá vir de uma necessidade, vontade ou sonho de um grupo. O grupo decidirá coletivamente e se comprometerá a buscar as informações necessárias para a resolução de suas inquietações tornando assim os momentos de aprendizado prazeroso.

O trabalho por Projetos possibilita a construção de uma comunidade democrática dentro da sala de aula. Todo o processo vivido pelas crianças revela uma rica aprendizagem do que é viver a diversidade de um grupo, sabendo respeitar as opiniões dos demais e construindo um espaço de diálogo

e confronto de idéias. Os projetos dão novos significados ao vínculo entre escola e realidade social não limitando-se as situações artificiais de aprendizagem.

A pedagogia de Projetos também favorece o trabalho com os alunos portadores de necessidades especiais.

Segundo Mantoan (2005), o sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas as deficientes são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar.

Neste pensamento, a escola além de proporcionar espaços de acessibilidade, busca oferecer aos alunos atividades diversificadas com mobiliário e materiais didáticos pedagógicos adequados para a sistematização do conhecimento.

4 – CURRÍCULO

...”uma coisa é o currículo considerado como intenção, um plano ou uma prescrição que explica o que desejaríamos que ocorresse nas escolas, e outra é o que existe nelas, o que realmente ocorre em seu interior. O currículo tem que ser entendido como cultura real, que surge de uma série de processos, mas que como objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar”

Gimeno Sacristán (1995,p27)

Existe um acordo cada vez mais amplo sobre o fato de que, com as mudanças sociais, políticas, culturais e demográficas associadas à chamada

sociedade da informação, estamos assistindo atualmente uma transformação sem precedentes da educação escolar. Essa transformação já está afetando visivelmente o quando, o como, o onde e também o quê e o para que as crianças e os jovens aprendem nas escolas. Nesse novo cenário, fica cada vez mais evidente a necessidade de incorporar ao currículo escolar, novos conhecimentos, novas destrezas e habilidades, novos valores, novas competências.

É função da escola, hoje, entre outras, apresentar ao aluno, com os instrumentos de cada disciplina, as possibilidades de leitura das dimensões do todo, integrando-as interdisciplinarmente, para uma visão complexa da realidade.

Ética e cidadania, trabalho e consumo, desigualdades sociais, educação sexual, educação para a saúde, educação ambiental, informática, tecnologias são realidades do mundo atual, entre outras, que a escola deve trabalhar, de forma integrada e interdisciplinar, como ponto de partida para a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais em suas contradições. O seu tratamento no currículo pode viabilizar um novo rosto aos conteúdos escolares, tendo em vista a formação para a cidadania.

Os profissionais da educação precisam comprometer-se com o estudo e com a pesquisa, bem como posicionar-se politicamente. Precisa assim, situar-se frente aos problemas econômico, sócio-políticos, culturais e ambientais que hoje nos desafiam e que desconhecem as fronteiras entre as nações ou entre as classes sociais.

A partir dessas práticas a escola propiciará ao aluno uma compreensão maior do mundo em que vive, para que nele possa atuar autonomamente.

O currículo escolar deverá oportunizar a formação integral do aluno, composto de uma Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada, integrando e articulando a Vida Cidadã com as Áreas de Conhecimento, que desenvolvido de forma contextualizada, interdisciplinando os conteúdos das diversas áreas oportunizará a formação de um cidadão crítico, criativo, reflexivo, pronto para aprender a aprender, aprender a ser, fazer, conviver e enfrentar os desafios do mundo moderno.

4.1 Dos Conteúdos Curriculares

Atendendo as necessidades do educando a escola desenvolverá conforme o Plano de Desenvolvimento da Escola, os conteúdos da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada (em forma de projetos), procurando a globalização dos conhecimentos e assegurando aos alunos as idéias básicas necessárias a compreensão dos fatos, o domínio das informações regionais adaptadas às suas necessidades e proporcionará um aprender com sucesso.

A orientação para o trabalho terá tratamento globalizado nos diversos conteúdos curriculares:

- A Educação Física deverá se ajustar as faixas dos educandos e conta com uma aula semanal;
- A Educação Artística deverá promover o desenvolvimento cultural e artístico dos alunos;
- A Educação Religiosa será tratada dentro da Ética, Integração e Valores Humanos;
- Os aspectos da Vida Cidadã: saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, cultura, Ciências e Tecnologias e linguagens e História da Cultura Afro-brasileira deverão permear todos os conteúdos da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada;
- Literatura constará da Parte Diversificada no Ciclo da Alfabetização e a Língua Estrangeira Moderna no Ciclo Complementar.

5 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Nos últimos anos o tempo de escola vem sofrendo mudanças em sua definição, tendendo a ser compartilhado com o novo tempo social, baseado na cultura urbana e está determinado por várias demandas que às vezes estão relacionadas ao bem estar das crianças, ou das necessidades do Estado e da sociedade e ainda a rotina da família.

Pesquisas revelam que maior duração do tempo letivo apresenta alta incidência de relações positivas com o rendimento dos alunos.

Nosso tempo está organizado de acordo com a Resolução 469/03, ou seja pelo sistema de ciclos e conseqüentemente a progressão continuada que muitas vezes é contraditória porque uns acreditam que mascara os resultados, uma vez que a política educacional atual está montada para mostrar resultados estatísticos a curto prazo, não tendo grandes preocupações com a qualidade do processo ensino-aprendizagem, outros acreditam que o ciclo amplia as possibilidades de sucesso escolar, uma vez que propicia relação mais flexível e dinâmica entre o tempo disponível, os objetivos curriculares e o ritmo de aprendizagem dos alunos.

A ampliação do ensino fundamental para nove anos representa um avanço importantíssimo na busca da inclusão e êxito das crianças das camadas populares em nossos sistemas escolares. Ao iniciarem o ensino fundamental um ano antes, aqueles estudantes passam a ter mais oportunidades para, mais cedo começar a se apropriar de uma série de conhecimentos, entre os quais tem um lugar especial, o domínio da escrita alfabética e das práticas de ler, compreender e produzir textos.

Os educadores precisam estar atentos a todos os momentos de aprendizagem dos alunos, nos tempos em sala e fora dela, definindo e organizando seu trabalho com o firme propósito de melhorar a qualidade do ensino.

"O aprendiz é como um viajante que se detém o tempo que for necessário nos lugares de seu interesse". *Hernández* (2.004,p.46-51)

Nesta escola os educandos estão organizados em grupos de trinta e dois a trinta e cinco, com base na idade, nível de conhecimento e as habilidades básicas, para cada turma, sob a responsabilidade de um Educador.

O planejamento da escola é feito por grupo de professores, para cada nível de ensino, sob a orientação dos especialistas, anualmente, considerando: a realidade da clientela, o nível de aprendizagem, o calendário escolar elaborado pela Secretaria Municipal de Educação que prevê duzentos dias letivos (de fevereiro a dezembro), cinco dias semanais (de 2ª a 6ª feira). Os educandos juntamente com os educadores permanecem quatro horas de aula diariamente (7:00h às 11:20h e 12:30 às 17:30horas) desenvolvendo efetivamente atividades curriculares estabelecidas pela grade curricular em sala de aula, num total de oitocentas horas anuais.

Há ainda o tempo destinados às atividades extra-turno a serem cumpridas fora do horário escolar, realizadas em espaços formadores como: as tarefas de fixação e de pesquisa realizadas em casa, diariamente, ainda as atividades de incentivo às leituras realizadas na sala da biblioteca, as aulas de xadrez destinadas aos alunos do 5º ano realizadas no laboratório de informática, semanalmente. As atividades esportivas são realizadas na quadra ou clubes, atividades culturais e de lazer, em espaços diversos.

Após a divulgação dos resultados das Avaliações externas (SIMAVE) elabora-se o Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), para atendimento aos alunos com baixo desempenho.

A partir dos resultados da avaliação diagnóstica e contínua são oferecidas ainda as aulas de apoio pedagógico destinadas aos alunos com necessidades específicas de aprendizagem durante três dias na semana na sala de recursos pedagógicos.

Essa poderá ser uma atividade temporária e rotativa dependendo do desempenho de cada um.

Os alunos não estão ajustados a tempos rígidos, ou seja, a organização do currículo é flexível procurando atender as suas necessidades e interesses, tendo como horizonte a concretização da Proposta Pedagógica da Escola, buscando fortalecer o sucesso escolar.

Nossa escola está localizada no centro da cidade, em espaço residencial, lugar tranquilo e agradável.

Todos os seus espaços são otimizados e definidos para que os alunos e educadores deles se apropriem. As salas de aula são amplas e arejadas, dispõe de materiais didáticos variados e o mobiliário permite deslocamento temporário para atender as diversas propostas metodológicas, e onde professores e alunos podem usar de sua criatividade construindo ambientes de acordo com sua identidade. Possui espaço fora da sala permitindo deslocamento sempre que considerarem oportuno para dinamização das aulas e interação com outros espaços.

A biblioteca é utilizada como espaço de formação para professores, onde eles se encontram para planejar, pesquisar, estudar e organizar seus planos de trabalho, quinzenalmente.

A biblioteca e o laboratório de informática, são os principais espaços formadores onde os alunos desenvolvem atividades culturais e virtuais com a orientação dos educadores, além desses espaços contarem com todos os recursos de multimídia.

A cantina, os banheiros as escadas, os pátios os jardins e o estacionamento tem dimensão pedagógica e são utilizados e explorados de maneira formadora definindo sempre a importância da preservação como espaço comum a todos.

A quadra esportiva é um dos espaços mais otimizados na escola, nela além das atividades esportivas e recreativas também é espaço onde se realiza várias atividades, como as comemorações: dia das mães, dos pais, as horas cívicas semanais, as festas, formaturas, palestras, reuniões de pais e assembléias.

Nos fins de semana é utilizada por Igrejas e outras entidades que realizam diversas atividades religiosas e culturais, tornando assim um espaço de apropriação da comunidade.

Durante o ano professores e alunos ainda vivenciam outros espaços, através de excursões, torneios esportivos, teatros, tendo assim a oportunidade de fazer deslocamentos e entender as múltiplas funções que os espaços têm para atender as necessidades dos alunos e da importância para sua formação como cidadãos.

“O professor deve transmitir, mais do que um saber, um tempo. O professor deve chegar como o autor, para oferecer tempo e luz, elementos essenciais de toda mediação”. *(Zambrano citado por Hernández, 2004, p. 13)*

6 - PROCESSOS DE DECISÃO:

A Constituição de 88, e a LDB estabelecem a gestão democrática do ensino público, assim sendo esta escola tem como objetivo desenvolver uma gestão democrática, priorizando o trabalho em equipe, fazendo um ambiente escolar que privilegie a cultura organizacional, delegando poderes, buscando a

participação da família sinalizando a busca de uma identidade própria, dinâmica disposta a prestar contas de sua atuação.

Desenvolver um projeto de gestão escolar que unifica todas as ações administrativas, garantindo a tomada de decisões coletivas através da Ação colegiada, implica em vivenciar um processo contínuo de mudanças.

A gestão democrática sinaliza tomada de decisões coletivas e possibilita a melhoria da qualidade do ensino, da construção de um currículo pautado na realidade da escola e maior integração entre os envolvidos: diretor, professores, alunos e familiares, transformando o sistema autoritário existente no interior da escola num espaço de discussão da sua função primordial, que é formar cidadãos críticos, criativos e participativos.

Uma estrutura administrativa da escola adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão.

Isto requer uma revisão das atribuições específicas e gerais bem como da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão. Para que isso seja possível há necessidade de se instalarem mecanismos institucionais visando a participação política de todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Para que a tomada de decisão seja compartilhada é necessário:

- a criação e consolidação do colegiado;
- a redefinição e implementação da Associação de Pais e Mestres;
- o fortalecimento e participação do grêmio estudantil.

Esses órgãos compõem a estrutura administrativa e deliberativa da escola, tem suas formas de organização e funcionamento, composição e atribuições especificadas em estatuto próprio, precisam ser considerados como aliados ao processo de gestão da escola.

A gestão da escola, exercida pelo diretor em consonância com o Colegiado, a Associação de Pais e Mestres e ainda com a participação do Grêmio Estudantil será exercida de forma democrática. O Colegiado se constitui como instancia de discussão, análise, deliberação, acompanhamento e avaliação do planejamento e funcionamento da unidade escolar, expresso no

Projeto Político Pedagógico. A Associação de Pais e Mestres com a finalidade de colaborar com a qualidade educacional com os objetivos e as metas tão almejadas pela comunidade escolar.

Compete ainda, à APM estabelecer e dinamizar canais de participação da comunidade no planejamento, no processo de tomada de decisão, no desenvolvimento das atividades e nas ações da escola.

O Grêmio Estudantil está organizado, sua diretoria é eleita anualmente, através de eleições realizadas entre os alunos do 5º ano. É uma entidade autônoma representa os interesses e atende às reivindicações dos estudantes, com a finalidade de desenvolver valores democráticos, éticos, morais, educacionais, culturais, cívicos, desportivos e sociais.

Na gestão democrática o diretor será o articulador político e administrativo da unidade escolar, exercendo suas funções específicas, de acordo com o regimento escolar

PARO (1993,p.34) “sugere a instalação de processos eletivos de escolha de dirigentes, colegiados com a representação de alunos, pais, associação de pais e professores, grêmio estudantil, processos coletivos de avaliação continuada dos serviços escolares, etc.”

7 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Nesta escola, a gestão tem por objetivo principal, envolver todas as pessoas interessadas na construção de uma proposta coletiva de educação, procurando estimular a participação de cada um para desempenhar seu papel num clima relacional pautado pela solidariedade e reciprocidade, buscando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreça o diálogo e a comunicação entre os diferentes segmentos.

A convivência nesta escola é produtiva e solidária, porque toda informação atualizada circula democraticamente, de maneira que todos participem e opinem, pois entendemos que uma equipe produz bem se todos

estiverem engajados num mesmo objetivo, apesar de se fazerem necessárias as opiniões divergentes.

No ambiente escolar o trabalho em equipe é muito importante, pois quando atuamos em equipe, aumenta a possibilidade de decidirmos coletivamente sobre o que vamos fazer como e com quem fazer. Desse modo, iniciamos o planejamento do projeto coletivo pela interação com aqueles com quem convivemos.

Quando o gestor é capaz de manter equipes coesas e comprometidas, torna-se possível dividir tarefas e responsabilidades, somar esforços individuais e multiplicar alternativas de ação.

Um clima favorável é uma das características mais marcantes que diferenciam as escolas com melhor desempenho. Pesquisadores da Fundação Vitor Civita concluíram que são três os elementos que ajudam a compor o bom clima organizacional. O primeiro é a coesão da equipe, o segundo é o comprometimento de professores e funcionários e finalmente, a existência de um comando e uma organização que deixem evidente as funções de cada um e respeitem a rotina escolar.

As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização comportamental e profissional de um indivíduo. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor/aluno, professor/professor envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das conseqüências, pois a educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana.

A relação da criança com o adulto na escola é medida então, pelo conhecimento formal. O professor já se apropriou do conhecimento formal que o educando deverá adquirir e a interação entre ambos deve ser tal que permita e promova a aprendizagem deste conhecimento.

A relação entre professor e aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. Indica também, que o professor deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos

alunos e para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais.

O professor é mediador e facilitador que interage com os alunos na construção do saber, em um ambiente que deve ser propício para o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, um ambiente agradável, para que ele possa reproduzi-lo fora da escola, mas se este ambiente for conflituoso, ele também poderá agir de forma inadequada, reproduzindo as ações que observou.

A aprendizagem é a principal função social da escola, para a qual o professor em sala de aula é de suma importância. Porém, não podemos ignorar que acontecem várias ações educativas nos diversos ambientes da escola, onde o educando não convive só com seus professores e, para que haja um ambiente educativo e formador, é necessário que todos participem direta ou indiretamente, influenciando no desenvolvimento da criança. Assim, podemos afirmar que existem muitos outros atores que ficam por trás das cortinas e que fazem toda diferença.

Segundo Paro, (2001) o local em que se realiza a educação sistematizada precisa ser o ambiente mais propício possível à prática da democracia. Por isso, na realização da educação escolar, a coerência entre meios e fins exige que tanto a estrutura didática quanto a organização do trabalho no interior da escola estejam dispostas de modo a favorecer relações democráticas. Esses são requisitos importantes para que uma gestão escolar, pautada em princípios de cooperação humana e solidariedade possam concorrer tanto para ética quanto para a liberdade, componentes imprescindíveis de uma educação de qualidade.

A Formação Inicial adquirida através dos cursos de graduação, agregadas à formação continuada oferecida através de vários programas de aperfeiçoamento, especialização e ou pós-graduação tem contribuído para o exercício das atividades com mais competência, provocando uma grande mudança de mentalidade dos profissionais. A formação dos professores é fator relevante para os bons resultados das avaliações externas, contribuindo para elevação da auto-estima de todos. Nesta Escola todos os professores são graduados, e sempre que possível participam de cursos, palestras e do Projeto de Capacitação constante do Plano de Desenvolvimento da Escola.

Valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional, também é fator relevante para as boas relações no trabalho

8 – AVALIAÇÃO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais consideram como critérios da avaliação os objetivos e conteúdos propostos, a organização lógica e interna dos conteúdos, as particularidades de cada momento da escolaridade e as possibilidades de aprendizagem, quais sejam, a cognitiva, a afetiva e a social. A avaliação deve refletir, de forma equilibrada, os diferentes tipos de capacidade e as três dimensões de conteúdos – conceitos, procedimentos e atitudes devem servir para encaminhar a programação e as atividades de ensino e aprendizagem.

Os critérios expressos nos PCN's representam as aprendizagens essenciais. Não expressam todos os conteúdos que foram trabalhados, mas apenas aqueles que são fundamentais para se considerar que um aluno desenvolveu as capacidades previstas de modo a poder continuar aprendendo na etapa seguinte.

Conforme o Regimento, Escolar “a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo, progressivo, sistemático, participativo e investigativo”. Portanto, ele é um processo global, pois considera todos os aspectos definidos como importantes em sua filosofia e nos objetivos gerais e específicos previstos para as atividades envolvidas. Ele é contínuo e progressivo, significando que todos os momentos da aprendizagem são situações privilegiadas para que o educador possa ir colhendo dados para a construção do processo de avaliação que lhe cabe definir, planejar e executar. Ele é sistemático e investigativo, ou seja, o educador, diagnosticando as condições do educando, se utilizados mais variados dados, relevantes a ele e ao próprio aluno, recolhidos durante todo o processo, para julgar o que avaliar. Ela ainda

é participativa, ou seja, o educador deve refletir com o educando sobre os resultados obtidos e decidir com ele quais as medidas a serem caminhadas. A avaliação do espaço escolar é uma forma de estabelecer compromissos com a sociedade, de estudar, propor e programar mudanças no cotidiano das atividades e seu processo precisa ser por nós elaborados. A finalidade prática da avaliação não é apenas melhorar o conhecimento sobre as ações desenvolvidas, mas oferecer subsídios para a tomada de decisão. Em outras palavras, os resultados da avaliação devem indicar, de modo explícito, os elementos para o aperfeiçoamento ou revisão das atividades da escola ou do sistema educacional, no seu contexto social, político e econômico.

Entretanto é possível concebermos uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo.

Segundo Navarro em seu texto - Avaliação: o processo e o produto, para avaliar são fundamentais que sejam estabelecidos critérios. Caso contrário, não se saberá o que olhar o que observar e, nem mesmo, o que perguntar. Assim, no acompanhamento co-responsável do desenvolvimento do processo educativo, cabe ao Conselho Escolar identificar os aspectos a serem avaliados e quais os que podem ser considerados adequados ao trabalho desenvolvido.

Na avaliação, o Conselho Escolar precisa considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante.

Importante destacar que o processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, na sua grande maioria, somente alguns dos conhecimentos adquiridos. No entanto, mesmo que o Conselho Escolar opte por iniciar a avaliação da escola pelo desempenho discente, ele não pode perder a visão de todo o processo, estabelecendo um cronograma para as demais avaliações.

No processo de avaliação, o Conselho Escolar precisa levar em conta os resultados do SAEB, das avaliações desenvolvidas pela escola ou pelo seu respectivo sistema e a sua própria avaliação.

Caberá ao Conselho Escolar identificar os pontos fortes, médios e fracos da escola, propor, medidas para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados.

A avaliação diagnóstica realizada como meio de investigação é o primeiro passo e vai definir o espaço de atuação dos educadores. Neste momento é que se explicitam, conhecem, investigam e se obtém elementos para a definição de prioridades, programas e projetos da escola. Metas e resultados emergem do conhecimento da realidade obtida através da avaliação que se faz sobre a situação em que ela se encontra.

A equipe da escola vê na avaliação um processo pelo qual se analisam, de maneira crítica, os resultados alcançados em relação aos objetivos previamente determinados. É uma investigação que analisa, norteia e orienta ações e seus resultados sendo feito registros descritivos, no diário de classe, bimestralmente e em fichas próprias, anualmente, considerando as seguintes questões:

1 - O que avaliar:

1.1 - A gestão pedagógica:

1.1.1 - A produtividade da escola: o desempenho dos alunos nas avaliações externas, o progresso dos alunos observados continuamente, os registros feitos bimestre a bimestre, a evolução da matrícula e a evasão.

1.1.2 - As inovações introduzidas, o acompanhamento da execução e implementação do PPP e PDE, a organização em ciclos, a recuperação paralela, o reforço escolar e outros projetos extra-turno. A melhoria da qualidade e programas de capacitação dos profissionais.

1.1.3 - O Plano de Desenvolvimento da Escola: a proposta de ensino, seus objetivos, abordagens metodológicas, conteúdos curriculares, apoio didático, sistema de avaliação.

1.2 - A gestão financeira:

A aplicação dos recursos do PDDE e Caixa de Controle Interno, dentro das prioridades estabelecidas pelo colegiado.

1.3- Gestão Administrativa:

O desempenho do pessoal auxiliar, administrativo, a atuação dos pedagogos, da gestão, dos docentes na execução do PPP e perfil dos discentes, a interação com as famílias e a comunidade.

2- Como avaliar:

2.1.- Procedendo-se ao levantamento de dados estatísticos, discutindo-os e elencando as conclusões e propostas do grupo a respeito dos mesmos.

2.2- construindo e socializando gráficos de produtividade e de perfil da escola, em diferentes variáveis.

2.3- Identificando, listando e discutindo com a equipe os elementos facilitadores e as dificuldades que interagem com o quadro conhecido, estabelecendo-se relação metas e ações desencadeadas no período de avaliação.

2.4- Fazendo levantamento de opiniões junto a pais, professores, funcionários e comunidade acerca do desempenho da escola, seus resultados e inovações pedagógicas.

2.5-Identificando os principais pontos a serem reforçados ou eliminados nos aspectos avaliados, de modo a preservar a qualidade pretendida.

2.6- Identificando problemas de infra-estrutura, suas possíveis causas, implicações e propostas de solução.

3- Quem avalia e é avaliado:

3.1- Todos os profissionais: professores, pedagogos, diretor, pessoal administrativo e auxiliar.

3.2- Alunos em seus diferentes aspectos.

3.3- Pais, escola e comunidade escolar;

3.4- O sistema: através dos Programas: SIMAVE SAEB e Prova Brasil.

Compete ao Conselho Escolar estabelecer os mecanismos mais adequados para esse acompanhamento, utilizando-se de uma metodologia que garanta fidedignidade, unidade de informações e respeito às individualidades.

Quanto mais os alunos tenham clareza dos conteúdos e do grau de expectativa da aprendizagem que se espera, mais terão condições de

desenvolver, com a ajuda do professor, estratégias pessoais e recursos para vencer dificuldades.

Segundo Gadotti (apud Veiga,2004 p.12)

“Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas com o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém um estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **O que é inclusão?**

Plataforma Moodle – Texto: Avaliação: o processo e o produto, NAVARRO, Ignês Pinto.

Plataforma Moodle – Texto: Avaliação Institucional: A Avaliação da Escola como Instituição – SOUZA, Ângelo Ricardo. (et al).

Currículo e Desenvolvimento Humano - MEC-Secretaria da Educação Básica-
pg. 19

Parâmetros Curriculares Nacionais- Introdução- p.48

Caderno Amae - Administração e Escolar, Amaral, Ana Lucia, Plano de desenvolvimento da Escola, p.39-maio 1998

SEEMG- Sistema de Ação Pedagógica - dicionário do Professor

.Tempos e Espaços Escolares, p.37,43,55

. Participação e Gestão Escolar, p.55

Pátio Revista Pedagógica- trimestral nº-30- 2004- p.16- Philippe Perrenout nº
45-2008- p.12- Lino Macedo

Revista Gestão em Rede – 2006 nº 74 p. 13 – As exigências do novo milênio
Pro-Gestão - Como promover, articular e envolver a ação das pessoas no
processo de gestão escolar?

Pro-gestão - Como desenvolver a avaliação institucional na escola?

PROCAD - Módulo 1 - Plano de Desenvolvimento da Escola

Veiga, Ilma Passos Alencastro. **PPP da Escola: Uma construção coletiva** In:
Disponível na Plataforma Moodle